

Disfunção na carreira de gestor de políticas públicas no estado do acre: uma análise situacional à luz da Teoria Gerencial.

Eriton Holanda de Sousa ¹
Marlene Valério dos Santos ²

INTRODUÇÃO

A abordagem da Educação do Patrimônio Cultural dentro do currículo da Educação Básica pode ser contemplada nas diferentes áreas de conhecimentos (história, arte, filosofia e sociologia, entre outras), envolvendo os seus hábitos, crenças, costumes, valores morais, forma de se expressar, de representar e uma infinidade de outros aspectos que favorecem práticas e ações de reflexões. E esta é garantida na legislação educacional desde a Constituição Federal, de 1988, às leis mais recentes, todos os referenciais legais da educação fazem referência à formação cultural do cidadão, conforme apresenta-se a seguir:

“Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, CF, 1988).

A Lei de nº. 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trata dos princípios e fins da educação nacional, prevê em seu Art. 3º, que “O ensino será ministrado com base na [...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” [...] (BRASIL, 1996). No artigo 26, capítulo 2º, a LDB destaca que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser contemplada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, “por uma parte diversificada, exigidas pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996). E tais orientações são ressaltadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Entre os referenciais acima citados, nos documentos e materiais produzidos para a abordagem da temática cultura, encontra-se um dos manuais preparados para o

Programa Mais Educação (PME), no volume Educação Patrimonial, coordenado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Educação Patrimonial no Mais Educação propõe uma forma dinâmica e criativa da escola se relacionar com o patrimônio cultural de sua região e, a partir dessa ação, ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade cultural, memória e outras tantas coisas que fazem parte da nossa vida, mas, muitas vezes, não nos damos conta do quão importantes elas são (Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_fas1_m.pdf. Acesso janeiro/2023).

Considerando a orientação de que a temática deve ser abordada por diferentes disciplinas, em modo transversal e em projetos de ampliação da jornada escolar, e neste estudo, buscar-se-á integrá-la à concepção interdisciplinar, buscando a intersecção entre os conteúdos das disciplinas supracitadas, a fim de permitir que o aluno elabore uma visão mais ampla a respeito da temática.

Segundo Fazenda (1994) uma prática educativa interdisciplinar consiste na iniciativa de incitar o diálogo com outras formas de conhecimentos que não estamos habituados, mas que exige do professor autoconhecimento, humildade, coerência, expectativa e audácia. E Pillar (2011) contribui aproximando mais esse conceito dos contextos contemporâneos, afirmando que considerando a velocidade com que a informação na atualidade é disseminada, não basta ter apenas o domínio do conteúdo da disciplina, é preciso pensá-lo de forma crítica e relacioná-lo com outras estruturas de conhecimento, superando, assim, a visão unilateral da realidade e reconhecendo múltiplas formas de olhar e analisar uma mesma situação.

Na mesma linha, Bittencourt (2011, p. 277) afirma que a educação patrimonial integra atualmente os planos escolares, e os professores têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas, interdisciplinares e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e porque é preservado. Essas preocupações originam-se da necessidade de refletir sobre o que tem sido constituído como memória social.

Neste sentido, a fim de ampliar tais olhares e reflexões, têm-se como objetivo geral, identificar e analisar a abordagem das questões relativas à cultura, de modo especial ao

Patrimônio Cultural, presente em documentos referenciais curriculares - federal, estadual e municipal - e na sequência promover uma prática pedagógica em sala de aula do 1º ano, em uma Unidade Municipal de Ensino Fundamental I de Vila Velha/ES. Os objetivos específicos envolvem ações em: identificar referenciais teóricos e documentos que norteiam a contemplação das questões relativas a abordagem da cultura no currículo escolar; estabelecer relações entre documentos norteadores curriculares, estudos e pesquisas no que tange o tema cultura; desenvolver prática pedagógica, junto aos alunos do 1º ano do EF I, abordando o Patrimônio Cultural - Panelas de Barro - Paneleiras de Goiabeiras.

A perspectiva de Patrimônio Cultural utilizada neste trabalho leva em consideração a heterogeneidade e a complexidade da cultura brasileira, material e imaterial, não mais privilegiando os bens culturais representativos das elites sociais, mas também as formas de manifestação cultural de todos os níveis sociais, de diferentes regiões do país, grupos e etnias.

Considera-se a historicidade do município de Vila Velha, o mais antigo do Estado do Espírito Santo, fundado em 23 de maio de 1535 com o nome de Vila do Espírito Santo, por Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo. Foi sede da capitania até 1549, quando foi transferida para Vitória e o município passou a ter o nome atual. E por ser o município mais antigo do Estado, Vila Velha possui construções que datam do século XVI (como o Convento da Penha e a Igreja do Rosário); do século XVII (Forte de São Francisco Xavier); e do século XIX (Farol de Santa Luzia), Sítio histórico com casarios e muitas histórias populares. E o saber da fabricação artesanal de panelas de barro, no Galpão da Paneleiras de Goiabeiras/Vitória/ES, como primeiro bem cultural registrado, pelo IPHAN, como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002.

Neste sentido, a abordagem da temática é relevante, pois está presente em diferentes conteúdos disciplinares e/ou em projeto de ampliação do turno curricular, uma vez que possibilita aos estudantes, desde os primeiros anos do EF, o diálogo pedagógico entre áreas de conhecimentos, escola e comunidade, promovendo um meio eficaz de trabalhar a identidade cultural, pertencimento, consciência da importância do passado histórico e dos valores culturais de sua realidade social.

O espaço local e seus patrimônios culturais devem ser entendidos como lugar privilegiado de estudos na educação básica, com foco nos anos iniciais do ensino fundamental, visto que a partir do local é possível identificar e estudar diversos aspectos sociais, culturais e identitários de determinada população. Assim sendo, tem-se como hipótese que o conhecimento e a apropriação por parte dos estudantes, das questões relativas à cultura, são fatores indispensáveis ao processo de preservação da história e cultura, desenvolvendo a valorização dos aspectos culturais, materiais e imateriais e possibilitando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de enriquecimento individual, coletivo e institucional.

E a partir dos olhares, leituras e reflexões construídas sobre a temática, levantou-se os interrogantes que contribuíram na trajetória da pesquisa: Como o Patrimônio Cultural é trabalhado no espaço escolar do Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Vila Velha/ES? O que tem sido realizado? Como? Há integração de conhecimentos pelas diferentes áreas e/ou componentes curriculares? E, quais relações são estabelecidas quanto à construção, resgate e preservação de memória, identidade cultural, pertencimento, passado, presente e futuro?

CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Segundo Silva (2020), a palavra patrimônio vem do latim '*pater*', que significa pai. É um conceito atrelado à noção daquilo que é passado de geração a geração de uma comunidade. Neste sentido, patrimônio cultural diz respeito a uma herança, que carrega em si aspectos referentes à identidade daquela sociedade.

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, CF, 1988). Ou seja, um bem que possui valor inestimável para um país ou região.

Contudo, é senso comum associar o conceito de Patrimônio Cultural ao passado histórico esquecendo que a produção presente constituirá a herança das futuras gerações. Tornando, portanto, relevante o reconhecimento e valorização do caráter de continuidade dessa produção dentro do processo de desenvolvimento humano como algo vivo e integrado à realidade.

Da promulgação da Constituição de 1988 até os dias atuais, o conceito de *bem cultural* vem passando por um processo de ampliação, ressignificação, envolvendo diferentes áreas do conhecimento numa perspectiva multidisciplinar.

De forma simples e objetiva, pode-se dizer que trabalhar o conceito de patrimônio é reconhecer, dentre outras coisas, que para avançar no entendimento não precisamos ir longe. Ao contrário, o que precisamos pode estar bem pertinho de nós, bastando apenas que dediquemos um olhar sensível ao nosso redor e ao que de fato atribuímos valor e, do mesmo modo, o que nos valoriza e dá sentido à nossa vida. É um olhar para dentro: primeiro para dentro de nós, depois para dentro de casa, do jardim, do quintal, do bairro, da cidade, e, finalmente, da região e do país (IPHAN, 2013).

A abordagem dos temas culturais na educação tem respaldo em diferentes documentos norteadores curriculares. Conforme apresentado na Constituição Federal Brasileira, de 1988, em seu Art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos **culturais** e acesso às fontes da **cultura** nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações **culturais**” (BRASIL, 1988). **(grifos nosso)**

A LDB 9.394/96, em seu artigo 26, especifica que os currículos da educação básica, devem ser complementados por uma parte diversificada, “[...] **exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura (grifo nosso)**, da economia e dos educandos”. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, LDB, 1996). Ou seja, além de levar ao desenvolvimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e de sua comunidade escolar, ressalta também, a ênfase às questões locais e regionais, como elementos essenciais, valorizando o universo do aluno como parte integrante do conhecimento e da educação.

E conforme se pode observar, a LDB nº 9934/96 orienta quais são as áreas de conhecimentos responsáveis pela abordagem da temática: “§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica”. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) (BRASIL, LDB, 1996) e no “§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, LDB, 1996).

Compreende-se que o ensino da arte contemplará o patrimônio cultural nas diferentes linguagens artísticas, conforme sua composição curricular: As artes visuais, a dança, a

música e o teatro (BRASIL, LDB, 1996). E em relação ao ensino de história, Bittencourt (2011, p. 277) destaca que o estudo do patrimônio histórico, cultural e local se torna uma ferramenta importante na constituição dos “lugares de memória”.

Os parágrafos da LDB 9.394/96, acima citados, dialogam com proposições redigidas em grupo de trabalho no Encontro Nacional de Educação Patrimonial, em 2005. E este documento está disponível na página virtual do IPHAN apresentando os princípios da “Educação Patrimonial na Escola”:

- O aluno e a escola possuem saberes. A EP deve construir o conhecimento a partir das experiências dos alunos;
- A ação do professor deve partir dos contextos locais e relacionar com as culturas regionais, nacional e mundial;
- A EP deve incentivar o espírito crítico;
- A EP não é uma matéria ou disciplina. É um campo de estudos, pesquisas e tema transversal às diferentes disciplinas para estimular atitudes de valorização do patrimônio cultural;
- A EP é um instrumento de desenvolvimento de cidadania;
- A EP deve ser desenvolvida institucionalmente em articulação com o MEC, as Secretarias de Educação e escolas estaduais e municipais;
- A EP deve constar no Projeto Político Pedagógico - PPP.

Observa-se indicativos da abordagem da temática inserida no currículo no documento norteador Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, ao apresentar 10 competências a serem contempladas no decorrer da educação básica, e especificamente, em sua 3ª competência trata do **Repertório Cultural (grifo nosso)**, estabelecendo que os alunos devem aprender a valorizar, fruir e produzir manifestações artísticas e culturais diversas (BRASIL, 2017). Ou seja, a partir do contato com a arte e a cultura desenvolverão a sensibilidade e o senso estético, além de apoiar a construção da identidade e o respeito à diversidade.

De acordo com esta competência, os alunos precisam desenvolver até o fim do Ensino Fundamental (BRASIL, 2017):

1. Fruição: vivenciar sua identidade, comunidade e cultura e demonstrar sentimento de pertencimento, por meio de experiências artísticas e explorando relações entre culturas, sociedades e as artes.
2. Expressão: expressar sentimentos, ideias, histórias e experiências por meio das artes. Documentar, compartilhar e analisar obras criativas.

3. Investigação e identidade cultural: reconhecer e discutir o significado de eventos e manifestações culturais e da influência da cultura na formação de grupos e identidades.
4. Consciência multicultural: desenvolver senso de identidade individual e cultural e demonstrar curiosidade, compreensão e respeito com diferentes culturas e visões de mundo.
5. Respeito à diversidade cultural: experimentar diferentes vivências culturais e compreender a importância de valorizar identidades, tradições, manifestações, trocas e colaborações culturais diversas.
6. Mediação da diversidade cultural: reconhecer os desafios e benefícios de se viver e trabalhar em sociedades culturalmente diversas e explorar novas formas de reconciliar valores e perspectivas culturais diferentes ao abordar desafios em comum.

A partir desses pressupostos, observa-se que a BNCC apresenta a formação do aluno, atrelada à questão patrimonial como uma demanda urgente e emergente e afirma que isso “exige soluções urgentes, que busquem harmonizar as relações entre o homem e o meio, estimulando o respeito às culturas, histórias e memórias de homens e mulheres, em distintos espaços e temporalidades” (COELHO e CUTRIM, 2020, p. 18).

De acordo com a BNCC, o Ensino Fundamental, está organizado em áreas do conhecimento, dividindo-se em cinco grandes áreas: 1) Linguagens; 2) Matemática; 3) Ciências da Natureza; 4) Ciências Humanas; e 5) Ensino Religioso.

E dentro desta estrutura, a temática do patrimônio cultural, localiza-se na área de Linguagens, em suas competências específicas em que a dimensão deve:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2017, p. 65 apud COELHO e CUTRIM, 2020, p. 9).

Para Coelho e Cutrim (2020), a área de Matemática contempla a temática patrimônio cultural, por meio do uso de seus conhecimentos empíricos, aproveita a diversidade cultural para valorizar seus conhecimentos informais e os seus saberes da vivência do dia a dia.

Em se tratando de Patrimônio Cultural, a BNCC traz como habilidade desejável nos componentes curriculares da área de Ciências da Natureza, a discussão acerca da destruição e da preservação do patrimônio nacional, bem como a proposição de soluções, inclusive tecnológicas, para esses problemas (COELHO e CUTRIM, 2020, p. 10).

Segundo Coelho e Cutrim (2020) a área de Ciências Humanas promove vivências e experiências de cidadania em suas competências, subsidiando as ações escolares na preparação de alunos com conhecimentos significativos, de forma que estejam preparados para resolver os problemas de seu contexto social. Nesse sentido, a BNCC destaca como competências da área de Ciências Humanas:

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos;
2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo (BRASIL, 2017, p. 357).

Para Coelho e Cutrim (2020) as competências gerais da Educação Básica se interrelacionam, contribuem com as propostas pedagógicas e com os planejamentos dos professores, indicando a preservação do patrimônio como um tema que pode ser contemplado no ambiente escolar, articulando se na construção de conhecimento, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. E ainda ressaltam, que a BNCC é indispensável na elaboração do Projeto Político Pedagógico, pois ele fortalece a cidadania como recurso para a preservação do patrimônio.

As autoras apresentam o ponto de vista de Lemos (1987) acerca da falta de inclusão do patrimônio nos currículos, defendendo que a não contemplação do mesmo, se dá devido à falta de “esclarecimento popular sobre a importância da preservação do patrimônio brasileiro, para não dizer deseducação coletiva” (COELHO e CUTRIM, 2020, p. 12).

Portanto, torna-se indispensável a formação cultural do profissional da educação que atua no Ensino Fundamental - anos iniciais. De acordo com a Resolução CNE/CP N° 2/2019, em seu Art. 2, o profissional da educação em formação inicial deverá “desenvolver as competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação [...]” (BRASIL, 2019). Portanto, demanda desse processo formativo a promoção de experiências e vivências histórico culturais e

artísticas, a fim de formar profissionais aptos à promoção da formação cultural de seus alunos.

NARRATIVAS DO FAZER INVESTIGATIVO

Na metodologia adotada na investigação, utilizou-se o método de abordagem dialético, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, descrevendo e refletindo sobre o conceito de cultura, especificamente de educação de patrimônio histórico artístico cultural, a partir de estudos pesquisas em educação; assim como a temática é indicada na legislação educacional no âmbito federal, estadual e municipal.

Visando maior fundamentação sobre o tema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, uma vez que verifica e analisa conceitos e documentos oficiais curriculares de ensino, explorando a possibilidades da contemplação da temática no cotidiano escolar do Ensino Fundamental I.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 188), a pesquisa exploratória é uma investigação de:

[...] pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

A pesquisa bibliográfica tem como aporte: COELHO e CUTRIM (2020), GUEDES e MAIO (2016), SCHWEITZER (s/data), SILVA (s/data). E na pesquisa documental, a Constituição Federal (1988), LDB nº 9.394/96 (versão atualizada, 2022), BNCC (2017), Resolução CNE/CP nº 2/ (2019) visando a identificação dos principais focos de abordagem e de sua contribuição para o processo de formação cidadã.

A Proposta de Prática Pedagógica foi planejada visando estabelecer diálogos reflexivos entre teoria X prática pedagógica no espaço escolar e foi realizada pelas pesquisadoras na UMEF, localizada em uma área de periferia, na turma de 1º ano do Ensino Fundamental I, sob docência da professora voluntária no estudo. A metodologia adotada na aula “Cultura Capixaba - **Panelas de Barro** - Paineiras de Goiabeiras” teve uma abordagem interdisciplinar, envolvendo conhecimentos da história, arte, matemática, língua portuguesa, entre outros.

NARRATIVAS DO PLANEJAMENTO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

De acordo com Novoa (s/data) “Aprender é uma viagem e ensinar é oferecer instrumentos aos estudantes para que essa viagem vá o mais longe possível”. Neste sentido, conforme apresentado anteriormente, o tema: Cultura Capixaba - **Panelas de Barro** - Panelas de Goiabeiras, foi planejado para ser desenvolvido em aula presencial, junto aos 19 alunos da turma do 1º ano do Ensino Fundamental I visando contemplar os objetivos de aprendizagens, conforme indicados na BNCC para as disciplinas de Língua Portuguesa, Artes e História:

(EF15LP09) Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e conteúdo adequado.

(EF15LP10) Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.

(EF15AR03) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.

(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, dobradura, escultura, **modelagem**, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de **materiais**, instrumentos, **recursos e técnicas convencionais e não convencionais** (grifos nossos).

(EF01HI02) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.

Para a aula foram usados os seguintes materiais:

- Vídeo documentário do IPHAN: Ofício das Panelas de Goiabeiras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZAVid8v7mF4>
- Aparelhos de multimídia: som, data show, notebook;

- Panela de barro para observação e manuseio;
- Modelagem de painéis de barro (jornal, argila, espátulas, pote plástico, água);
- Local para lavagem de mãos e armazenamento das modelagens para secar.

A estratégia proposta foi inicialmente uma conversa, com os alunos sentados em círculo, para apresentação das pesquisadoras e levantamento dos conhecimentos prévios, que as crianças possuíam sobre a panela de barro (se tem em casa, o que se cozinha na panela de barro e estar aberto para comentários dos alunos).

Na sequência, os alunos assistiram ao vídeo documentário: Ofício das Panelas de Goiabeiras e conversaram sobre os seus pontos de vista sobre o vídeo e as relações com o que já haviam vivenciado. Na roda de conversa, as pesquisadoras contaram sobre a importância dos indígenas e de sua cultura na construção desse saber. Depois do diálogo, passou-se para as orientações da atividade de modelagem de painéis de barro, as professoras pesquisadoras, deixaram as crianças manusearem uma panela de barro, a fim de perceberem melhor sua forma, peso, temperatura, etc. E explicaram o processo de modelagem, fazendo uso de jornal, argila, espátulas, pote plástico e água. Finalizando com a avaliação da atividade proposta.

NARRATIVAS REFLEXIVAS

Conforme citado anteriormente, o município de Vila Velha é um território rico em memórias culturais, e no período em que a proposta de prática pedagógica foi desenvolvida pelas pesquisadoras, a turma havia concluído o estudo referente às manifestações realizadas no decorrer da Semana Santa, sendo as religiosas com suas celebrações e culturais com a culinária regional da famosa *Torta Capixaba*, e logo na sequência com a celebração da Festa da Penha, padroeira do estado do Espírito Santo.

Em conversa informal, com a professora voluntária, para definição da temática a ser abordada na aula prática, ela nos relatou que havia trabalhado com as crianças a culinária tradicional capixaba, com a produção da Torta Capixaba, servida na Sexta-feira da Paixão, compartilhando os saberes históricos encontrados na literatura e também aqueles apresentados pelos alunos, conforme os costumes de suas famílias. Com relação à Festa da Penha, haviam privilegiado dois pontos altos da festa, sendo um deles a Procissão da Família e a Romaria de Conquistas. E nos sugeriu a abordagem sobre a Panela de Barro

- Painéis de Goiabeiras complementando os saberes referentes ao patrimônio cultural capixaba. Considera-se que na abordagem das comemorações locais possibilitam a construção e/ou ampliação de conhecimentos em aspectos sociais, culturais e identitários da população capixaba.

Neste sentido, observa-se que o Patrimônio Cultural é trabalhado no espaço escolar do Ensino Fundamental (anos iniciais), no Município de Vila Velha/ES. No entanto, é preciso mencionar que tal abordagem é resultado de um processo relativamente recente de valorização da história e cultura local capixaba nas escolas. Como exemplo destacamos a produção de materiais infantis como o livro "Colorindo meu Espírito Santo", utilizado em várias escolas do município de Vila Velha. Nele, a autora apresenta paisagens e informações de forma lúdica de patrimônios históricos e naturais do estado como o Convento da Penha, a Igreja do Rosário, a Terceira Ponte, a Igreja dos Reis Magos, o Relógio da Praça Oito, o Palácio Anchieta, a Basílica de Santo Antônio, as Paredes de Barro, as Máscaras de Congo, dentre outros.

A integração das áreas de conhecimento é notória. Ao se trabalhar a cultura local, ocorre o diálogo principalmente da história, das artes e da geografia. Durante a prática pedagógica foram levantadas questões sobre a realidade das crianças, como a constatação da existência de paredes de barro nas casas e questionamentos sobre para que eram utilizadas. Depois de associar a temática à realidade da criança, ou seja, ao contexto em que está inserida, utilizou-se conhecimentos de história e geografia, já que as paredes de barro eram construídas por indígenas em diversos locais no Espírito Santo há séculos. Saberes e fazeres foram compartilhados por gerações e ainda são preservados atualmente como parte da identidade da cultura capixaba. O ensino de artes foi contemplado na experiência de produção da parede de barro pelos alunos, que demonstraram profundo interesse e entusiasmo durante a atividade. As paredes de barro foram produzidas de diversos tamanhos e formas, com respeito a criação de cada aluno, que ao final, levaria a produção para a casa.

Ao retornar os olhares para os objetivos de aprendizagens propostos na BNCC - EF, observa-se que a abordagem da temática contempla a contento e com intencionalidade ao que está previsto para as áreas de conhecimento dentro da perspectiva interdisciplinar. Em Língua Portuguesa, o que se refere à oralidade, à comunicação ao escutar, com atenção, as falas dos colegas e professores, formulando perguntas pertinentes ao tema e

fazendo perguntas quando queriam saber mais sobre o assunto. Quanto à Arte e História, as questões culturais foram contempladas tanto no que se refere às diferentes influências que integram o povo capixaba, quanto na experimentação de materialidades plásticas, no caso, a modelagem com argila, que demanda de procedimentos específicos para se obter um bom resultado.

Por fim, retoma-se a questão levantada inicialmente, e que foi explorada ao longo deste trabalho, a saber, o rompimento com uma perspectiva tradicional de que os patrimônios culturais estão relacionados unicamente com o passado. É inegável que o estudo dos patrimônios culturais na educação básica, com enfoque nos anos iniciais do ensino fundamental, não promove unicamente “o resgate ao passado”, como algo apenas factual. Quando a temática patrimônio cultural é trabalhada de forma interdisciplinar e com intencionalidade, é capaz de promover a valorização da identidade de um povo na atualidade. Referimo-nos à identidade de uma comunidade, baseada em ações, costumes e culturas compartilhadas, ou seja, ao senso de pertencimento de indivíduos. Por isso, ela está vinculada ao passado, mas também ao presente e ao futuro, na medida em que, por meio da educação, são formados cidadãos que olharão para sua história e memória com intenção de preservá-las, sabedores de sua importância. A partir de tal percepção, portanto, é que foi construída a prática pedagógica analisada anteriormente.

Coelho e Cutrim (2020) provocam reflexões acerca da temática utilizando-se de palavras de Paulo Freire, que nos provocam e motivam a continuidade deste estudo:

“Temos de saber o que fomos e o que somos para saber o que seremos” (FREIRE, apud COELHO e CUTRIM, 2020, p. 12) e conseqüentemente “todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje, de modo que o futuro se baseia no passado e se corporifica no presente” (FREIRE, apud COELHO e CUTRIM, 2020, p. 12).

Neste sentido, é preciso que o docente, para estar apto a propiciar tais possibilidades reflexivas, tenha em sua trajetória discente e docente, experienciado e vivenciado situações em diferentes contextos de manifestações culturais.

Portanto, a abordagem das questões culturais - local, regional, nacional e internacional - torna-se imprescindível desde a formação inicial do profissional da educação que o discente tenha acesso às formações e informações que dialoguem na perspectiva interdisciplinar sobre a diversidade cultural da humanidade. E que quando estiver em

atuação docente permaneça e tenha condições financeiras e disponibilidade para continuar ampliando os seus olhares acerca da produção cultural do passado e relacioná-las com a contemporaneidade.

Vale ressaltar que tal formação integra a Resolução CNE/CP N° w/2019, conforme consta no Capítulo II, que trata dos Fundamentos e da Política da Formação Docente, em seu artigo 5º - IX:

a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural; e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Tal concepção é reforçada no Capítulo III, que trata da Organização Curricular dos Cursos Superiores para a Formação Docente, ao prever que esta, deve contemplar a adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira (artigo 7 - XIV).

Portanto, para a abordagem da temática patrimônio cultural na Educação Básica se dar de modo eficaz, a Formação Inicial docente, no Ensino Superior, deve propiciar aos licenciandos, experiências, vivências e acesso à diversidade cultural visando dar-lhes os conhecimentos prévios para sua contemplação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propiciou o entendimento sobre o potencial que a cultura exerce na educação, uma vez que no ambiente escolar parte-se do pressuposto da diversidade cultural que cada um traz consigo, tais como crenças e valores e no modo como a educação sistematiza e proporciona novos saberes a partir do desenvolvimento de diferentes métodos como danças, teatros, cantos, entre outros, proporcionando a compreensão do quanto são importantes as peculiaridades prévias dos alunos no processo ensino-aprendizagem.

A partir das leituras e apreciações realizadas neste estudo, considera-se a necessidade de trabalhar temáticas relativas aos saberes e culturas, permitindo aos alunos a vivência e experiências que fazem parte do patrimônio cultural conforme previsto nos documentos referenciais da educação: Constituição Federal, LDB 9.394/96, DCN e BNCC. No entanto, é perceptível que ainda existe um longo caminho a ser trilhado quanto à real efetivação da preservação do patrimônio nos currículos escolares.

Para tanto, é preciso que o corpo docente da escola considere todas as legislações educacionais em seu Projeto Político Pedagógico, levando em consideração o respeito às diversas manifestações culturais, às experiências da vida cotidiana e aos saberes dos alunos. A abordagem das questões do patrimônio cultural, desde os anos iniciais da educação básica, a partir do estabelecimento de relações com o presente e o passado, possibilita a construção da cidadania, a formação da identidade, o resgate da memória, o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, a necessidade de preservação.

Por fim, considera-se que os interrogantes levantados ao princípio deste estudo foram alcançados, uma vez que quanto discentes em conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, buscou-se investigar na literatura acadêmica estudos e pesquisas acerca da temática A Educação de Patrimônio Cultural no Ensino Fundamental (anos iniciais), verificando o seu respaldo legal em documentos referenciais da educação brasileira e sua contemplação desenvolvendo uma prática pedagógica em sala de aula junto a alunos do primeiro ano do EF. Por ser um tema de interesse mútuo entre as pesquisadoras, este estudo terá novas possibilidades para continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 23/11/2022.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [Recurso eletrônico]— Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> Acesso em: 22/12/2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394/96**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Acesso em: 28/12/2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica** e institui a **Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em: 27/12/2022.

_____. IPHAN - **Patrimônio Cultural**. Página virtual. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> . Acesso em: 28/12/2022.

_____. IPHAN. **RELATÓRIO DE GESTÃO 2013**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202013.pdf> Acesso em: 27/12/2022.

COELHO, Samary Pinheiro Coelho; CUTRIM, Klautenys Dellene Guedes Cutrim. **A base nacional comum curricular e sua contribuição para a preservação do patrimônio**. NAEA, Volume 1, Número 3, Edição/Série 501. 2020, ISSN 15169111. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/download/10429/7240> Acesso: 10/01/2023.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1994.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. **Bem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PILLAR, Analice Dutra. **A Educação do Olhar: no Ensino das Artes**. Porto Alegre: Editora Mediação; 8ª edição. 2011.

SCHWEITZER, Josiane. **O Patrimônio Cultural na sala de aula e as possibilidades de construções de abordagens decoloniais nas aulas de História da Educação Básica**. Disponível em: https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epenh2020/1605045559_ARQUIVO_13ee974a66ee64c12b27044666231531.pdf. Acesso: 29/12/2022.

SILVA, Gabriele. **O que é Patrimônio Cultural?** Educa Mais Brasil. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patrimonio-cultural> Acesso em: 29/12/2022.

